

GESTÃO, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO: INTERAÇÃO PARA EDUCAR

ANDRE DE SOUZA

Graduação em Pedagogia, pela Faculdade Mozarteum de São Paulo (2007); Professor de Educação Básica na rede pública de São Paulo.



RESUMO

Uma perspectiva complexa, crítica e construtivista da formação docente implica, como objetivo estratégico, uma concepção investigativa do trabalho docente. Ou seja, a integração e reconstrução de significados de diversas fontes epistemológicas, a partir dos saberes: fenomenológico, ético e ideológico, disciplinar, didático, sociopolítico relacionado aos conteúdos escolares e metadisciplinares, bem como concepções pessoais. A formação de professores deve ser dotada de ferramentas conceituais necessárias para analisar seu ambiente e construir conhecimentos relevantes para as necessidades sociais. O professor deve se tornar um pesquisador das necessidades e potencialidades da comunidade, deve ser capaz de trabalhar em equipe na realização de uma tarefa compartilhada, deve refletir sobre sua prática para transformá-la ou modificá-la, levando em consideração os conhecimentos educacionais que possui, o conjunto de conhecimentos que deve ser contextualizado e as ferramentas disponíveis para realizar sua tarefa.

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Desenvolvimento; Gestão; Escolar; Formação.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de pesquisa busca com base nas concepções pedagógicas desenvolver um pensamento crítico com relação aos desafios que carecem superação, pois para que haja condições favoráveis à uma boa interação, tendo como foco a Escola e sua relação com os Pais antes de tudo devemos nos posicionar sobre ambas as instituições observadas e experienciadas por meio do método qualitativo de maneira crítica e reflexiva a instituição familiar e as transformações pelas quais passou durante toda sua trajetória, desde os primórdios até os tempos atuais, abordando quais suas atribuições enquanto instituição social, transformadora e legatária de competências referentes ao desenvolvimento do sujeito.

Como é sabido, o século XX foi aberto ao público como o novo cenário de possibilidades e realidades detidas de novas tecnologias que começou a transformar as vidas em particular e toda a

população em geral. Se em épocas anteriores as revoluções ligadas à transformação dos meios de produção e formas de organização do trabalho assumiram a aparência de um novo cenário social, a revolução tecnológica, centrada em torno de tecnologias de informações, abrindo um novo contexto, o da sociedade do conhecimento e da informação, eles são por vezes usados como sinônimos, a sociedade em rede onde um número importante de mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas se juntam. A sociedade na qual o conhecimento se torna uma fonte de riqueza.

Sendo uma instituição criada pelos homens acompanha o movimento social em diferentes tempos. Sendo a primeira célula responsável pela formação do sujeito a família também “cumpre sua função ideológica em complementação a outros agentes sociais”

Família e Escola representam um referencial indispensável para a incorporação de um novo ser humano à sociedade, no entanto, este quadro está à mercê das vicissitudes impostas pelas diversas transformações que ambas as instituições devem assumir se quiserem responder à sua tarefa educativa e socializadora.

O principal objetivo desta contribuição é criar fortalecer o espaço para reflexão sobre a necessidade de se conscientizar da importância do treinamento em Educação Familiar – a escola – para ajudar, profissionais de educação e pais para melhorar as relações escola-família como uma medida de qualidade do ensino e prevenção do fracasso escolar, os pais tornarem-se conscientes de seu papel na educação de seus filhos para responder às novas necessidades educacionais que se apresentem, para tanto, oferecemos a análise de alguns dos contrastes e mudanças fundamentais que estão ocorrendo e impactam na família e na escola, e são necessários levar em conta nas práticas educacionais. Além disso, considera-se que uma intervenção para a educação do futuro deve ser enquadrada em uma abordagem interativa, ecológica e comunitária para responder às necessidades afetivas, cognitivas e sociais de todos os envolvidos.

Os avanços científicos e tecnológicos trouxeram mudanças muito rápidas. Seguem-se uns aos outros vertiginosamente, não dando origem a que o homem possa internalizá-los e adaptar-se às novas exigências que essas transformações estão impondo ao mundo da cultura, muito mais lento em sua evolução.

Essas mudanças, que afetam a educação familiar, estão situadas em dois níveis: interno e externo. Interno, é quando Família precisa de uma estrutura para guiar, orientar e educar os seus filhos, porque imerso em um mundo em transformação, cuja instabilidade e incerteza promove a insegurança e medo, é confuso, velhas crenças, viveu valores, em última análise, a educação recebida não serve para educar sua geração atual. No externo a família encontra-se em meio a contrastes nos quais se sente sobrecarregada e se pergunta como responder às demandas de seus filhos que estão fora da estrutura de suas próprias experiências e experiências.

Neste contexto, os familiares aparecem enquanto sujeitos tradicionais perderam seus antigos pontos de apoio, vieram para baixo os pilares que sustentavam suas crenças e cimentados os papéis atribuídos a diferentes membros da família, por exemplo: o homem na figura do pai, não representa a autoridade como um pilar de força e poder; que as mulheres na figura da mãe não representam o amor como um pilar de submissão e auto - sacrifício e sexualidade não representam

a pura e misteriosa como um pilar da reprodução. Esta situação impede de saber elevar os padrões educacionais que atendam às necessidades atuais de suas crianças. Em suma, a família está procurando novos pilares para estabelecer uma nova identidade.

A escola que buscamos fundamenta-se no protagonismo dos pais em conjunto à instituição escolar, fazendo com que as crianças sejam beneficiadas e que não se fomente as separações típicas de um tradicionalismo catedrático e castrador. As perspectivas de educação nessa relação devem atuar no intento de desconstruir paradigmas, o enfoque da individualidade enquanto principal elemento agregador dentro do casulo familiar deve ser visto de forma crítica pela escola, pois muito mais que difundir saberes, ela se centra na elaboração de planos que definam o sujeito como ser atuante na sociedade, isso nos leva a perceber o agente socializador intrínseco na ação educacional institucionalizada. Uma maneira de superar essa dificuldade é facilitar o encontro entre pais e professores, onde eles mostram o desejo de encontrar formas inovadoras de estimular a participação, bem como criar um ambiente aberto de comunicação em que problemas, preocupações, medos são expressos – medos e inseguranças e necessidades mútuas de ajuda e colaboração, numa perspectiva de gestão participativa e democrática.

EMANCIPAÇÃO E PROTAGONISMO NA GESTÃO ESCOLAR

Talvez nunca tenhamos tido a oportunidade de perceber a função da escola de modo tão democrático como vivenciamos hoje, essa conquista em construção demonstra preocupação com a sociedade em formação. A educação nessa perspectiva adota meios de comprometimento que versam com a necessidade de se edificar a malha social e diminuir as distâncias entre a escola e a comunidade.

A equipe pedagógica, professores, alunos, pais, órgãos colegiados e funcionários devem participar ativamente da elaboração dos projetos voltados para a melhoria da escola, isso fomenta o fortalecimento ao acesso e ao conhecimento. Nesse sentido a Gestão Democrática deverá atuar no interior das unidades de ensino, nos quais servirão como espaços vitais de participação e de circulação de ideias, atuando como força centrípeta no que tange acolher as demandas e transformá-las em oportunidades e posteriormente força centrífuga ao lançar de volta a comunidade toda a criticidade e atuo-reconhecimento das condições de vida dos sujeitos. Muito mais que produzir conteúdo, a Escola Democrática demonstra a capacidade de estabelecer um diálogo constante com os entes que formam sua essência.

"Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares e equivalentes. Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e gestão financeira, observadas as normas gerais de direito financeiro público." (ARTIGO 14, LEI DE DIRETRIZES E BASES, DA EDUCAÇÃO NACIONAL, BRASIL, 1996).

Para que se sintam pertencentes, os pais devem se envolver no processo de aprendizagem e desempenho dos alunos, que são do mesmo modo acolhidos pela escola para que possam atribuir

juízos de valor nas diversas decisões da instituição, ao Projeto Político Pedagógico, assim como na elaboração, avaliação, construção e administração de destinos aos recursos financeiros. Eventos proporcionados pela escola também podem ser um meio colaborativo de convívio no espaço escolar, a educação transcende o tradicionalismo castrador que estanca as relações sociais, ela determina por intermédio de ações de caráter construtivo o compromisso com a formação cidadã. Sua motivação está vinculada com a participação e envolvimento dos integrantes da comunidade escolar, os valores democráticos são fundamentais na construção da educação como almejamos.

"[...] o conceito de gestão escolar, que ultrapassa o de administração escolar, por abranger uma série de concepções não abarcadas por este outro, podendo citar a democratização do processo de construção social da escola e realização de seu trabalho, mediante a organização de seu projeto político-pedagógico, o compartilhamento do poder realizado pela tomada de decisões de forma coletiva, a compreensão da questão dinâmica, conflitiva e contraditória das relações interpessoais da organização, o entendimento dessa organização como uma entidade viva e dinâmica, demandando uma atuação especial de liderança e articulação, a compreensão de que a mudança de processos educacionais envolve mudanças nas relações sociais praticadas na escola e nos sistemas de ensino." (LÜCK, 2000, p. 16).

Se buscarmos uma lógica estatal burocrática e administrativa, onde a escola é percebida como um serviço monetizável, sujeita a uma complexa rede de normas que reforçam a intervenção direta de administração central (através de seu corpo de funcionários públicos e inspetores inflexivos) ou sua intervenção indireta, retransmitida por chefe de estabelecimento, cuja principal função é garantir o cumprimento de normas e regulamentos estaremos andando na contramão daquilo que busca a escola democrática.

Sendo a escola o estabelecimento que representa o ponto de encontro de vários profissionais que por se doarem podem ser reconhecidos enquanto envolvidos em ações educativas, ao gestor escolar incumbe integrar o saber ao fazer, para que desse modo possa criar cada vez mais espaços coletivos, bem como, solidários, o que possibilita um maior entrosamento entre as instâncias participativas – as pessoas e as amplas áreas de ensino. Garantindo no conjunto comunidade e escola a aquisição de espaços, nos quais a participação por meio das relações de cooperação, interação e respeito às diferenças culturais. Ao afirmar os princípios democráticos e buscando a construção dos projetos referentes a coletividade, a gestão democrática participa das novas exigências que formam novos modos de pensar a educação de todos os membros que constituem a comunidade escolar.

O comprometimento e a participação de todos os envolvidos que sejam a equipe pedagógica ou corpo docente, bem como os agentes educacionais ou representantes das instâncias colegiadas, ambos têm por função vital zelar pela melhoria da qualidade do ensino, do mesmo modo como fiscalizar e proporcionar educação em contextos sociais amplos, diversos e desafiantes, permitindo dessa forma que a escola se constitua espaço de oportunidade. Conhecer a comunidade não é uma operação puramente intelectual, é um processo articulado na prática e em todas as dimensões humanas. O objetivo não é tanto saber ou se tornar consciente do mundo e depois transformá-lo, mas conhecer o mundo através e no contexto da prática transformadora, na qual desejos, valores, vontades, emoções, imaginação, intenções e utopias sejam oportunizados e avaliados.

Este processo educacional nunca é definitivo, é sempre inacabado, pois o mundo se doa e se transforma, os próprios sujeitos, no processo de construção do conhecimento e transformação do mundo são transformados, assim como suas questões e anseios. Por esta razão, não devemos

aceitar os produtos do conhecimento como verdades definitivas e imutáveis na escola, mas como verdades perfectíveis que podem ser analisadas e questionadas a todo momento. Precisamos na escola democrática de uma pedagogia da questão que estimule e defina rumos a partir de uma visão multifacetada e não de uma pedagogia da resposta, castradora e impeditiva de mudanças e transformações.

O saber não se constrói apenas com as imposições decorativas arraigadas nas tradições reprodutoras de conteúdos, em um nível mais prático, a questão de que o saber está diretamente relacionada às metodologias (o que saber e como conhecê-lo). Essas preocupações estão subordinadas a outras mais fundamentais: por quê, por quem e para que conhecer; isto é, os objetivos dessa prática educacional vinculam-se a noção de pertencimento. A resposta a essas questões nos leva a outra ideia central, a de que toda atividade pedagógica é intencional e, portanto, política. A educação em si não muda o mundo, mas sem ela é impossível mudá-lo. Portanto, o gestor democrático e progressista deve assumir um compromisso ético e político para construir um ambiente mais justo.

AÇÕES DA GESTÃO ESCOLAR EM PROL DA EDUCAÇÃO

O educador por sua vez deve ver a história como uma possibilidade, ele não pode perder sua capacidade de ser indignado, não pode ser indiferente ou neutro em face de injustiças, opressão, discriminação e exploração, deve portanto, manter e promover a esperança na possibilidade de superar a ordem injusta e imaginar as utopias alcançáveis. Precisa ir além da consciência mágica e fatalista, construindo uma consciência crítica, sem a qual nenhuma transformação social é possível.

"A conscientização é neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-la. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em estar frente à realidade assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo" (FREIRE, 1979. p. 15).

A ação educativa emancipatória que constitui um verdadeiro processo de aprendizagem aos participantes, já que em si é um processo educacional e de desenvolvimento pessoal que oferece o fortalecimento de espaços de tomadas de decisões como princípio fundamental para o desenvolvimento da pessoa apoiando a criação de estruturas de participação necessárias para desenvolver processos transformadores reais com uma cidadania reflexiva e comprometida de tal forma que podemos falar de pessoas que são protagonistas e envolvidas no processo de construção do espaço escolar e de transformações da realidade social. O trabalho em equipe projeta, forma, oportuniza, facilita, acompanha e aconselha os princípios pedagógicos e um paradigma crítico da educação, para o desenvolvimento da práxis socioeducativa que pode ser um indício de mudanças a partir da sala de aula como resultado de participação em outros espaços de decisão.

O Gestor deve por sua vez, trabalhar a realidade com os sujeitos com base em princípios pedagógicos e democráticos. Educadores, pais, profissionais em educação e comunidade escolar

ter o dever de atuar de forma dinâmica no processo da aplicação das verbas. A participação ampla permite a construção de um ambiente de busca por identidade e não pode haver busca sem esperança. Perder a esperança é perder a oportunidade de se tornar sujeito, transformador no mundo e, portanto, de conhecê-lo. É por isso que estabelecer uma pedagogia da esperança que supere a ideologia do fatalismo, do conformismo e do engano que o poder dominante quer impor a todo custo pode representar um fulcro estruturante e característico. Por essa razão, a pedagogia crítica deve ajudar a construir sonhos, reinventar as utopias e semear a esperança de mudança.

Neste contexto, é essencial uma educação que seja capaz de gerar uma mudança cultural, que revolucione o caminho fazendo possível a introdução de olhares críticos bem como, ter potencial para propor alternativas que desafiem a globalização dominante.

Desse modo, educação emancipadora está comprometida com a mudança social, uma vez que busca promover processos de conscientização para que os sujeitos identifiquem as opressões pelas quais passam e desenvolvem ações de resistência junto a escola por meio de um processo resiliente de longo prazo. Esta revolução cultural, que assume a pedagogia numa óptica popular é construída sobre uma série de postulados, a desnaturalização do capitalismo, a descolonização curricular, a crítica ao imaginário coletivo que cria ambientes de estagnação deterministas criando e abrindo caminhos para outras formas de conhecimento e modos de ser, libertando-se de modelos deletérios tradicionalistas e excludentes.

ALTERAÇÕES EDUCACIONAIS E SOCIAIS

Vivemos em uma sociedade onde o ritmo da mudança social é mais rápido e mais intenso do que em qualquer outro momento de nossa história; é a sociedade da mudança geracional que faz de nós testemunhas e protagonistas de um mundo que muda continuamente ao longo de nossas vidas e nos obriga a adaptar a muitas situações em todo este. É, das palavras de Giddens (2005), um mundo em fuga, em que a incerteza sobre as futuras condições do presente- a sociedade de risco, e onde profundas transformações e mudanças rápidas dar lugar para uma sociedade em que tudo flui, onde Heráclito substituiu Parmênides.

Como é sabido, o século XXI foi aberto ao público como o novo cenário de possibilidades e realidades dotadas de novas tecnologias que começou a transformar as vidas em particular, e toda a população em geral. Se em épocas anteriores as revoluções ligadas à transformação dos meios de produção e formas de organização do trabalho assumiram a aparência de um novo cenário social, a revolução tecnológica, centrada em torno de tecnologias de informações, abrindo um novo contexto, o da sociedade do conhecimento e da informação, eles são por vezes usados como sinônimos, a sociedade em rede onde um número importante de mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas se juntam. A sociedade na qual o conhecimento se torna uma fonte de riqueza.

Sendo uma instituição criada pelos homens acompanha o movimento social em diferentes tempos. Sendo a primeira célula responsável pela formação do sujeito a família também “cumprir sua função ideológica em complementação a outros agentes sociais”

Família e Escola representam um referencial indispensável para a incorporação de um novo ser humano à sociedade, no entanto, este quadro está à mercê das adversidades impostas pelas diversas transformações que ambas as instituições devem assumir se quiserem responder à sua tarefa educativa e socializadora.

As mudanças da sociedade atual são rápidas e profundas, os sujeitos não estão preparados para se adaptar a eles nos vários níveis: biológico, psicológico e social. A complexidade crescente que o caracteriza exige uma nova visão educacional da família e da escola, o que exige o compromisso de trabalhar juntos em um projeto comum.

O principal objetivo desta contribuição é criar fortalecer o espaço para reflexão sobre a necessidade de se conscientizar da importância do treinamento em Educação Familiar – a escola – para ajudar, profissionais de educação e pais para melhorar as relações escola-família como uma medida de qualidade do ensino e prevenção do fracasso escolar, os pais tornarem-se conscientes de seu papel na educação de seus filhos para responder às novas necessidades educacionais que se apresentem, para tanto, oferecemos a análise de alguns dos contrastes e mudanças fundamentais que estão ocorrendo e impactam na família e na escola, e são necessários levar em conta nas práticas educacionais. Além disso, considera-se que uma intervenção para a educação do futuro deve ser enquadrada em uma abordagem interativa, ecológica e comunitária para responder às necessidades afetivas, cognitivas e sociais de todos os envolvidos.

A ESCOLA CONTEMPORÂNEA

Como sabemos, a escola vem em um momento histórico muito particular, caracteriza-se pelas exigências de um novo tipo de sociedade, mesmo correndo o risco de sintetizar muito e esquecer outras abordagens, podemos dizer que a ordem social estabelecida após a primeira revolução industrial necessária de um instrumento capaz de transmitir uma nova cultura de trabalho e novas formas de vida. A necessidade de se adaptar à vida na fábrica, novos ritmos, os recém-chegados formas de trabalho e até mesmo elementos que mediatizariam a vida das pessoas a partir desse momento (por exemplo, relógio), convertido para a escola no agente mais eficaz para essa nova socialização (ANNIBAL; BARBOSA; NASCIMENTO, 2017).

Se a educação liga-se intrinsecamente às instituições sociais, é inviável tentarmos compreendê-la fora delas, ela constitui um processo social. Resta-nos entender a educação como constituinte parte de um contexto social, atrelada à este contexto, mas precipuamente como projetor dos ideais determinantes atuais.

"[...] a educação volta a ser preocupação mundial, inclusive dos setores econômicos, que têm determinado reformas no campo da educação, de modo a contemplar os interesses do mercado globalizado. Na sociedade capitalista a educação é pensada como processo de adaptação às necessidades e às exigências do modo de produção; formação para desempenhar funções hierarquizadas (dirigentes e dirigidos); formação para a vida em sociedade, no caso, a vida em sociedade capitalista." (GENTIL e COSTA, 2011, p. 270)

Por outro lado, não devemos esquecer que as origens da escola estavam ligadas a grupos específicos da sociedade na época: assim, a escola surge como uma instituição relacionada com

a masculina alfabetização, burguesa, pertencente à cultura dominante e as pessoas de as cidades. Diante desta situação de exclusão da maioria da população, através de um processo dividido em três etapas (exclusão, segregação e integração) que caracterizou a escolarização de grupos marginalizados, a escola tornou-se em nossa sociedade, em uma experiência fundamental para a maioria das pessoas (não sem negar, obviamente, as situações ainda hoje de exclusão educacional vivenciadas por diferentes grupos sociais e o caminho não concluído na construção de uma verdadeira escola inclusiva).

De outra perspectiva, a escola também está em situação semelhante. Os antigos padrões educacionais não servem para educar crianças hoje. À mercê dos ventos do autoritarismo de ontem e da atual permissividade, às vezes, deixa porque não sabe o que fazer. Trancada em uma burocracia sufocante, é difícil para ela viver a sensação da comunidade de que os documentos que a cercam proclamam e exigem novos valores democráticos. Ele sente a pressão de demandas que vão além de sua função tradicional transmitindo conhecimento e não se sentem preparadas para enfrentá-los.

"Ao falarmos sobre família e escola, nos dias de hoje, temos que levar em conta um conjunto de determinantes da nossa realidade concreta que, cada vez mais, exige o desenvolvimento de outros olhares, competências e habilidades para nos relacionarmos com os demais integrantes da sociedade" (DI SANTO, 2007. p. 16).

O que a família e a escola podem fazer nessa situação? Aliem-se e juntos formarem um caminho que lhes permita criar uma concepção de educação, a partir de uma perspectiva real da comunidade, onde o verdadeiro protagonista seja a criança. Este objetivo requer o desenvolvimento de um projeto educacional comum entre família e escola.

A RENOVAÇÃO DO PROCESSO EDUCACIONAL E A FORMAÇÃO CONTINUADA

Para alcançarmos o que se pretende, formar cidadãos atuantes e críticos, faz-se necessário construir uma escola que seja referência de humanização e que não siga arquétipos alienantes, pelo contrário, deve constituir um ambiente onde agregue pessoas envolvidas com o processo de ensino e aprendizagem, ou seja, um espaço onde por ser democrático é por sua vez participativo. Não dá para desvincular o sucesso da escola do sucesso dos alunos, o sucesso da escola depende sobretudo do sucesso de seus alunos e deve ser esse o objetivo principal, a meta buscada por toda a equipe escolar. Assim a administração democrática dá as condições para que todos os sujeitos participantes do segmento escolar possam falar e ser ouvidos, e, compartilhando as decisões a tomadas. Isto faz da equipe um grupo coeso que assume juntamente com a gestão responsabilidades no desempenho do trabalho escolar.

A formação de professores orientada para a investigação da sua realidade docente privilegia o desenvolvimento das competências de investigação na docência, bem como nos contextos multidimensionais que lhes dizem respeito. Embora essa abordagem reconheça a importância das habilidades de ensino técnico, ela as vê apenas como um meio para outros objetivos mais importantes. Desta forma, aqueles que valorizam os aspectos relacionados ao propósito, consideram que a

A Constituição Federal de 1988 (CF/88), em seu Artigo 206, indica como princípio da educação deve ser pensada, o que dentre outras aponta para a gestão democrática em todas as escolas públicas em nível nacional.

“O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V - valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade;

VIII - piso salarial profissional nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal.” (CF/88, Artigo 206)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 (LDB/96) corrobora este preceito, entretanto responsabiliza os sistemas de ensino estaduais no que se refere a criar e legislar o modo de participação na gestão escolar por parte da comunidade, estabelecendo a participação dos pais como direito enquanto a dos professores, como dever. O Artigo 3º da LDB/96 levanta os princípios acerca dos quais a educação brasileira deve se balizar e dá ênfase no que diz o inciso VIII a “gestão democrática do ensino público”. Destarte, falar em gestão democrática na educação não constitui algo novo, mas representa algo a ser cultivado cotidianamente nas escolas públicas e por isso merece dedicação, estudo e reflexão a respeito dos meios e técnicas para a sua bem-sucedida implantação.

A renovação da escola reflete as mudanças ocorridas na sociedade e requerem uma postura por se dizer, renovada com relação ao método de construção de um conhecimento por parte da gestão que possibilite ter um locus ampliado das necessidades que venham surgir, bem como ela lidará com as informações que demandam o compromisso em gerir novas formas de relacionamento, de como se engloba a percepção de mundo, de estar aberto ao novo, buscando constantemente novas formas de aprender e ensinar (ANNIBAL; BARBOSA; NASCIMENTO, 2017).

A necessidade de novos caminhos na formação do professor deve partir das reflexões em relação as transformações ocorridas na sociedade, esse caminho necessariamente desemboca na dinâmica escolar, é ali onde as práticas educativas não de se configurar diante da realidade refletida fruto do convívio social, assim a inovação representa a libertação das amarras, entretanto, em muitos casos se trabalha educação do modo tradicional, castrando as possíveis oportunidades de participação da parcela mais vulnerável. Ao se levar em consideração as novas competências necessárias ao professor em suas atribuições, levantam-se indagações sobre a formação inicial, pois esta deve articular elementos de diversas realidades sociais que fazem ecos nos processos educacionais dentro das escolas.

Para Imbernón (2006), a escola como centro do processo formativo, favorece aos sujeitos que participam dele a compreensão de suas potencialidades profissionais, assim como oportuniza

coercitivos da educação. Para o autor a instituição escolar perpassa por meandros epistemológicos mediados de acordo com a situação, sem inflexibilidades, pois apesar do conhecimento teórico formativo, deve se centrar no rompimento das barreiras tradicionais quebrando paradigmas e atuando como instrumento de unificação pedagógica atuante dando contornos significativos aos resultados esperados.

"[...] Quando se fala de formação centrada na escola, entende-se que a instituição educacional transforma-se em lugar de formação prioritária diante de outras ações formativas. A formação centrada na escola é mais que uma simples mudança de lugar da formação, representa uma mudança de paradigma, pois, tem como princípio norteador o desenvolvimento de processos de formação baseados na colaboração entre os profissionais da instituição escola. [...]" (IMBERNÓN 2006, p.80)

A prática de ouvir a polifonia traz ao professor a perspectiva ampliada da sensibilidade necessária para compreender os sucessos e os fracassos da escola, essa prática permite que as relações entre os diferentes sujeitos sejam humanizadas e significativas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvida, a abordagem das desigualdades na educação deve ser colocada em uma ampla esfera social e cultural, não podemos arrisco a dizer que as desigualdades de oportunidades só podem ser resolvidas a partir da escola, então relacionados que são as condições e status social; mas pode melhorar aspectos e meios relacionados à escola para permitir que os estudantes continuem seus estudos, assim como envolver os pais nessa tarefa educacional. Diga-lhes que alguns estudos mostram que quando os pais participam de todos os aspectos da vida escolar, os efeitos positivos no desempenho de seus filhos podem ajudá-los a avaliar as consequências de seu apoio na tarefa educacional da escola, na qual eles um papel a desempenhar.

A partir do desenvolvimento desta exposição surge um aspecto fundamental, a formação em Educação Familiar. Não podemos falar em incentivar a participação ativa da família na comunidade escolar, sem formação docente e pedagógica, colocando à sua disposição conhecimentos, instrumentos e estratégias que facilitem seu trabalho.

A formação de professores para a participação educacional da família, assim como a dos pedagogos, melhoraria a tarefa educacional confiada a ambas as instituições. Nessa perspectiva, o papel do professor media entre a cultura escolar e familiar, E os temores de professores superam a interferência dos pais em suas tarefas, tais como a recolha de alguns autores, e participação seria interpretado no sentido de colaboração e apoio mútuo para projetar conjuntamente o projeto comum de educar os alunos para ajudá-los a crescer e desenvolver seu projeto de vida, introduzindo estratégias para se adaptar aos desafios que enfrentam. Por outro lado, os pais se sentiriam envolvidos na carreira escolar das crianças de forma eficaz. Nesta linha, o pedagogo também tem um papel importante na concepção de programas de formação neste novo campo da educação surge como a demanda social.

A necessidade de envolver a família na tarefa educacional não é nova. Nas últimas décadas, foi solicitado de várias formas a coordenação da família e da escola para projetar um projeto educa-

cional comum, cuja finalidade é a educação integral de todos os alunos. No entanto, embora os Conselhos Escolares e Associações de Pais existam, nem todos trabalham dinamicamente e promovem a participação dos pais, o que convida à reflexão sobre medidas inovadoras a serem utilizadas.

Por meio de levantamento bibliográfico buscamos aqui delinear alguns elementos que permeiam a questão da educação, bem como da administração nas escolas, buscamos para tanto fazer uma breve abordagem das necessidades relacionadas educacionais. Buscamos refletir sobre como as opiniões podem ser divididas quando se trata de educação. Os pais podem ter dificuldade em descobrir a melhor maneira de lidar com o comportamento “indesejado” de seus filhos – por incompreensões remanescentes dos impulsos do senso comum. A educação deve realmente se dedicar a elaboração de estratégias para refletir acerca do vem a ser o comportamento indesejado de uma criança, mas cabe aos profissionais entender e propor caminhos que sejam viáveis as necessidades educacionais de cada um.

Uma gama de crianças frequenta a escola regular normalmente, mas, isso não quer dizer que desenvolverão habilidades e competências que as capacite desenvolvendo as aptidões de aprendizagem do mesmo modo que outras crianças desenvolvem.

Devemos considerar que do mesmo modo que nenhum indivíduo é igual ao outro, é fundamental perceber que nenhum estudante é igual a outro, por conseguinte, abordagens deverão sempre diferenciar-se, levando em conta as ponderações necessárias correlacionando as habilidades de cada um.

A escola se tornou um ambiente multifacetado no que concerne as novas realidades impostas pelo cenário atual imposto por causas externa ao domínio da ação humana, isso representa uma necessidade constante de adequação e reflexão sobre as prerrogativas educacionais cotidianas. O ensino vem passando por situação de transformação e as habilidades e competências buscadas em sala de aula passam por inúmeras reformulações em sua aplicabilidade o que desemboca em situações que contingenciam as estruturas envolvidas, família, escola, fatores econômicos e formação.

Uma perspectiva complexa, crítica e construtivista da formação docente implica, como objetivo estratégico, uma concepção investigativa do trabalho docente. Ou seja, a integração e reconstrução de significados de diversas fontes epistemológicas, a partir dos saberes: fenomenológico, ético e ideológico, disciplinar, didático, sociopolítico relacionado aos conteúdos escolares e metadisciplinares, bem como concepções pessoais.

A formação de professores deve ser dotada de ferramentas conceituais necessárias para analisar seu ambiente e construir conhecimentos relevantes para as necessidades sociais. O professor deve se tornar um pesquisador das necessidades e potencialidades da comunidade, deve ser capaz de trabalhar em equipe na realização de uma tarefa compartilhada, deve refletir sobre sua prática para transformá-la ou modificá-la, levando em consideração os conhecimentos educacionais que possui, o conjunto de conhecimentos que deve ser contextualizado e as ferramentas disponíveis para realizar sua tarefa.

No que se refere as potencialidades educacionais, os alunos carecem da atenção, bem como

templar as necessidades globais em todas as fases de seu desenvolvimento, para tanto a formação profissional se apresenta como solução para um protagonismo estudantil que coloque o aluno na condição de sujeito no processo formativo.

As transformações pelas quais passamos, resultantes das modernizações científicas e tecnológicas, colocam as instituições sociais na condição de refém, onde a libertação do cativo representa acompanhar e se adaptar as mudanças em curso. Ainda que por mais tradicionais que sejam as comunidades, a necessidade de renovação se impõe como primordial elemento propiciatório de atuação, onde novas formas de relacionamento são criadas. As demandas sociais que vão aos poucos surgindo e representam em ato e potência a nova conjuntura, expressam-se no cotidiano que por consequência se forma e reforma constantemente. As comunidades acompanham em ritmos cada vez mais acelerados as mudanças tecnológicas que lhes são oferecidas por meio das mídias e das redes sociais, o espaço cultural por vezes sofre aculturação ou hibridismo cultural, mas seja lá quais forem as alterações no universo social existe um espaço onde elas deveriam ser facilmente aplicadas, onde o tradicionalismo pode ser contestado quando apresentado de maneira deletéria, esse espaço é a escola.

A escola é um ambiente onde as transformações deveriam ocorrer com maior fluidez, é lá que nos iniciamos em mistérios que dificilmente seriam revelados por outros caminhos. Mas ao contrário de outras instituições, a escola entabulou-se como legatária de poucas transformações no decorrer de seu curso, as mudanças que ocorreram não foram de grande impacto, mas pouco significativas no que diz respeito a adequação as novas demandas sociais, conservando técnicas e posturas que contrariam não apenas as novas perspectivas e necessidades da sociedade em transformação como fazendo oposição as carências e peculiaridades do alunado que a frequenta.

Sem perceber as transformações no universo social da clientela que frequenta a instituição de ensino, tais como novas estruturas familiares, relações de trabalho ou violência, estão em constante movimento e a escola se mostra como propagadora e reprodutora de desigualdades, onde não se leva em conta as os novos valores e as diferentes formas de se conviver e consequentemente de aprender. A configuração social dos jovens que frequentam a escola baliza-se a partir das várias mudanças, mais especificamente as relacionadas as inovações tecnológicas, essas alteraram as bases que engendram as relações de jovens e adolescentes, o que demandará a necessidade de se repensar a maneira como a escola vem sendo vista, desse modo, exigirá um novo olhar sobre a gestão escolar.

REFERÊNCIAS

ANNIBAL Sérgio Fabiano; BARBOSA Raquel Lazzari Leite; NASCIMENTO Mari Clair Moro. **Avaliação das aprendizagens: representações decorrentes de práticas instituídas na formação inicial.** Educação em Revista, Marília, v.18, n.1, p.7-22, Jan.-Jun., 2017.

BRASIL. MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília, Brasil.

_____. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Básica. Gestão da educação escolar.** Brasília: UnB/CEAD, 2006.

DI SANTO, Joana Maria R. **Família e escola, uma relação de ajuda.** Artigo disponível em: <http://www.centrorefeducacional.pro.br/famiescola.htm>. Acessado em 12. SET. 2022.

FREIRE, Paulo; FREIRE, Ana Maria (org). **Pedagogia dos sonhos possíveis.** São Paulo: Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido.** São Paulo: Paz e Terra, 1988.

_____. **Pedagogia da autonomia. Saberes necessários à prática educativa.** 42ª Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

_____. **Criando métodos de pesquisa alternativa: aprendendo a fazê-la melhor através da ação.** In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). **Pesquisa participante.** São Paulo: Brasiliense, 1999.

_____. **Conscientização.** São Paulo: Cortez e Moraes, 1979.

GENTIL, H. S.; COSTA, M. O. **Continuidades e discontinuidades nas políticas de formação de professores e suas implicações na prática pedagógica docente.** Revista de Educação Pública, Cuiabá, v. 20, n. 43, p. 267-287, maio/ago, 2011.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LÜCK, Heloisa. (Org.). **Gestão escolar e formação de gestores**. Em *Aberto*, v. 17, n.72, p. 1- 195, fev./jun. 2000.